

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

GIOVANNA DE MELLO SALDANHA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL:
UM COMPORTAMENTO À SUSTENTABILIDADE**

Belo Horizonte
2019

GIOVANNA DE MELLO SALDANHA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL:
UM COMPORTAMENTO À SUSTENTABILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Ms. João Francisco Sarno Carvalho



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Curso de Especialização em Gestão Pública

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO do Senhor(a) **Giovanna de Mello Saldanha**, REGISTRO N° 2017761030. No dia 11/05/2019 às 16:20 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, indicada pela Coordenação do Curso de Especialização em Gestão Pública, para julgar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UM COMPORTAMENTO À SUSTENTABILIDADE", requisito para a obtenção do **Título de Especialista**. Abrindo a sessão, o(a) orientador(a) e Presidente da Comissão, **João Francisco Sarno Carvalho**, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares de apresentação do TCC, passou a palavra ao(à) aluno(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, seguido das respostas do(a) aluno(a). Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para avaliação do TCC, que foi considerado:

() APROVADO

APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA - PRAZO MÁXIMO DE 7 (SETE) DIAS

() NÃO APROVADO

70 pontos (setenta) trabalhos com nota maior ou igual a 60 serão considerados aprovados.

O resultado final foi comunicado publicamente ao(à) aluno(a) pelo(a) orientador(a) e Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o(a) Senhor(a) Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 11/05/2019.

Prof. João Francisco Sarno Carvalho
(Orientador(a))

Prof(a). Ciro Gustavo Bragança

Prof(a). Daniele Oliveira Xavier



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Curso de Especialização em Gestão Pública

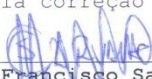
MODIFICAÇÃO EM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO


Modificações exigidas no TCC do(a) aluno(a) **Giovanna de Mello Saldanha**, número de matrícula 2017761030.

Modificações solicitadas:

Ajustar o objetivo para a análise do estudo publicado. Adequar os termos genéricos colocado no trabalho

O prazo para entrega do TCC contemplando as alterações determinadas pela comissão é de no máximo 7 dias, sendo o(a) orientador(a) responsável pela correção final.


Prof(a). **João Francisco Sarno Carvalho**
Orientador(a)

Assinatura do(a) aluno(a):)  **Giovanna de Mello Saldanha**
Atesto que as alterações exigidas () Foram Cumpridas
() Não foram cumpridas

Belo Horizonte, 18 de maio de 2019

Professor Orientador  Assinatura

Resumo

Devido ao processo de globalização e industrialização, os problemas sociais e ambientais têm se intensificado; em virtude disso a sociedade vem lutando e combatendo a desigualdade social e a degradação ambiental. Os estudos, as pesquisas, bem como as discussões sobre esses temas tem intensificado a cada dia. Diante dessa situação acredita-se que o desenvolvimento local sustentável seja um desenlace para esses referidos problemas. Este artigo tem como finalidade realizar um levantamento de algumas definições e abordagens sobre o tema em questão; para que o objetivo do referido artigo fosse cumprido foi feita uma pesquisa descritiva e bibliográfica. Embasado nos estudos de variados autores como: Sachs (1993), Souza (1994), Buarque (2002), Barbosa (2008), Merico (1996) estudou e investigou-se diversas definições de desenvolvimento sustentável, bem como sua evolução histórica e suas dimensões, além disso versou-se questões sobre Desenvolvimento Local Sustentável. Durante a elaboração do artigo averiguou-se que a discussão sobre o desenvolvimento sustentável tem aumentado com o passar dos anos, graças a necessidade de se tencionar um desenvolvimento que seja capaz de conservar e preservar o equilíbrio entre o desenvolvimento social, econômico e ambiental. Um dos caminhos para a evolução e o progresso é o Desenvolvimento Local Sustentável, uma vez que viabiliza a realização de políticas públicas a partir das possibilidades locais.

Palavras-chave: Gestão. Políticas públicas. Desenvolvimento sustentável.

Abstract

Due to the process of globalization and industrialization, social and environmental problems have intensified; as a result of which society has been fighting and combating social inequality and environmental degradation. The studies, the surveys, as well as the discussions on these topics has intensified every day. Given this situation, sustainable local development is believed to be an outcome of these problems. This article aims to carry out a survey of some definitions and approaches on the subject in question; for the purpose of the article to be fulfilled a descriptive and bibliographical research was done. Based on the studies of several authors such as Sachs (1993), Souza (1994), Buarque (2002), Barbosa (2008), Merico (1996) studied and investigated several definitions of sustainable development, as well as their historical. In addition, issues related to Sustainable Local Development were addressed. During the elaboration of the article it was found that the discussion on sustainable development has increased over the years, thanks to the need to develop a development that is capable of preserving and preserving the balance between social, economic and environmental development. One of the paths to evolution and progress is Sustainable Local Development, since it makes it possible to carry out public policies based on local possibilities.

Keywords: Management. Public policy. Sustainable development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Iniciativas de desenvolvimento local	21
Figura 2 – Desenvolvimento Local Sustentável	25
Figura 3 – Tabela comparativa.....	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 REVISÃO DA LITERATURA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	08
2.1 Conceitos	09
2.2 Processo Histórico	11
2.3 As perspectivas	15
2.3.1 Desenvolvimento Ambiental	15
2.3.2 Desenvolvimento Econômico	16
2.3.3 Desenvolvimento Social	17
2.4 Espaço e Território	18
2.4.1 Desenvolvimento Local	19
3 METODOLOGIA	22
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO: DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL ..	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que desde a origem da humanidade existe o vínculo homem-natureza. O ser humano necessita da natureza para sobreviver, utilizando dela o que é fundamental para se alimentar, se amparar, se defender e proteger. Com a evolução do ser humano, novas necessidades surgem, isto posto o homem como “dominador” fazendo com que exista o domínio do homem sobre a natureza.

Os estudos e debates sobre o desenvolvimento sustentável adquirem espaço, como maneira de amplificar este debate, surgem as conferências internacionais como a de Estocolmo (1972), a Eco (1992), a Rio + 10 (2002) e a Rio + 20 (2012), que buscam defender o meio ambiente, e fomentar a discussão na busca pela diminuição da desigualdade social e o crescimento da economia. O termo “Desenvolvimento Sustentável” surgiu pela primeira vez na conferência de Estocolmo (1972), como um novo modelo de Desenvolvimento. Refere-se a um novo projeto de desenvolvimento, que impeça a degradação ambiental e que possua responsabilidades e obrigações de caráter social.

Já o desenvolvimento local torna exequível a transformação das estruturas para serem mais apropriadas à comunidade e ao território, a contar desde instante existe a vinculação com o crescimento econômico, a modernização e a industrialização, originando, assim, o desassossego com a sustentabilidade do local.

Diversas transformações econômicas, sociais e ambientais, como a globalização, a degradação ambiental, o avanço das tecnologias de informação e comunicação, vêm acontecendo nos últimos anos, alterando as realidades locais de territórios e comunidades. Manifesta-se, então, a preocupação com a segurança do bem-estar das gerações futuras, tendo em consideração a preservação do meio ambiente e a atenuação das desigualdades sociais e regionais. Entretanto surge a indagação, e que rege como questão problematizadora deste artigo, como preservar o meio ambiente?

Em virtude deste embasamento, surge a corrente epistemológica e teórica do Desenvolvimento Local Sustentável que pleiteie que se considere as potencialidades e as peculiaridades locais e abrange o equilíbrio entre o meio ambiente, o crescimento econômico e a isonomia social. Abordar e discutir o desenvolvimento local sustentável e suas políticas públicas com base bibliográfica e descrição, foi o objetivo geral deste artigo, sendo os objetivos específicos conceituar desenvolvimento sustentável e suas dimensões, definir desenvolvimento local, bem como seus espaços e territórios.

Com essas modificações aparecem novas adversidades, com isso é fundamental o desenvolvimento de ideologias e conceitos que preconizem uma nova organização da economia, beneficiando a sustentabilidade, o que, todavia, justifica a efetivação deste trabalho.

Este artigo foi elaborado em cinco partes, a primeira parte é a introdução que levanta a problematização. Na segunda parte foi feita uma revisão da literatura onde se evidenciará as definições de desenvolvimento sustentável sob o ponto de vista de diversos autores, tal como o processo histórico, e finalmente as suas perspectivas, sendo estas o desenvolvimento ambiental, econômico e social.

Também foram abordadas as definições de espaço e território, e por fim pretende-se analisar e interpretar os resultados através do desenvolvimento local que será apresentado na quarta parte deste artigo, apresentando o seu conceito e as interpelações acerca do Desenvolvimento Local Sustentável, e concluindo, na quinta parte, serão apresentadas as conclusões do referido artigo.

2. REVISÃO DA LITERATURA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A globalização, do mesmo modo que outros diversos fatores, carregaram consigo imensos problemas ambientais, visto que o crescimento econômico tem tendência a aumentar a utilização dos recursos naturais não renováveis, e, por conseguinte, degradar o meio ambiente, deste modo prejudicando a qualidade de vida da população. Problemas sociais, ambientais, e econômicos são apreensões de imensa parcela da sociedade quando se versa sobre o desenvolvimento, o mesmo detém objetivos que vão aquém do crescimento do capital financeiro, por causa disso deriva os direitos sociais e ambientais. O desenvolvimento sustentável pleiteia que estes três vultuosos pilares avancem de forma proporcional, isto resulta dizer que deve haver discernimento das premências de cada um destes pilares.

No século XX, em sua segunda metade, o processo de globalização aconteceu de modo mais acelerado, aumentou o desenvolvimento das indústrias e da economia em geral, entretanto neste mesmo período passa-se por variadas crises econômicas, trazendo como efeito o desemprego e miséria, provocando uma crise social bem como uma crise ambiental, visto que o aumento do processo industrial fez com que as fontes de recursos renováveis e não renováveis fossem mais esmiuçadas, nesta ocasião começa a haver uma reflexão em

referência aos efeitos e repercussões do desenvolvimento e do crescimento, existindo uma maior consciência da sociedade.

A expressão Desenvolvimento Sustentável torna-se uma das opções para o desenlace destes problemas, é neste instante que a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) também intitulada como Comissão de Brundtland, que obteve este nome em decorrência ao sobrenome de um dos presidentes Gro Harlem Brundtland, produziu um relatório no qual o desenvolvimento sustentável passa a ser conceituado.

2.1. Conceitos

Preliminarmente à definição de desenvolvimento sustentável tem-se a definição de “Ecodesenvolvimento” que despontou na década de 1970, época da Conferência de Estocolmo, um propósito de concomitância entre crescimento e preservação ambiental, esta expressão adveio da proposta de Maurice Strong e posteriormente aprofundado por Ignacy Sachs.

Montibeller-Filho (1993, p.132) considera que Ecodesenvolvimento é o

[...] desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio.

Nas concepções de Bruseke (1993), o ecodesenvolvimento careceria de integrar substancialmente seis aspectos (Bruseke, 1993 apud SOUZA, 1994 p.5):

- a) a satisfação das necessidades básicas;
- b) a solidariedade com as gerações futuras;
- c) a participação da população envolvida;
- d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral;
- e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas;
- f) programas de educação.

Compreende-se que nesta definição já existe uma preocupação com o meio ambiente relacionada com as questões sociais e econômicos, foi a contar desta definição que a ideia de desenvolvimento sustentável foi sendo estabelecida.

Desponta preliminarmente, em nível global, na conferência das Nações Unidas por intermédio do “Nosso Futuro Comum”, lançado em 1987 (também intitulado como "Relatório

Brundtland"), dispendo do desenvolvimento sustentável como o "atendimento às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades" (WCED, 1987).

Com base neste mesmo argumento, Buarque (2002, p.60-61) sustenta que,

O desenvolvimento sustentável parte, assim, de uma nova perspectiva de desenvolvimento (Sousa, 1994), [...] o bem-estar das gerações atuais não pode comprometer as oportunidades e necessidades futuras, reduzindo as possibilidades de reprodução e desenvolvimento futuro; e o bem-estar de uma parcela da geração atual não pode ser construída em detrimento de outra parte, com oportunidades desiguais na sociedade.

O desenvolvimento sustentável tenta harmonizar os fatores sociais, econômicos e ambientais, contudo torna-se uma proposta complexa, uma vez que encara dificuldades e antagonismos políticos e sociais. A conservação ambiental e o crescimento econômico necessitam ser discutidos paralelamente. O desenvolvimento sustentável empenha-se em manter e/ou melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, procurando empregar de modo eficiente os recursos naturais, fomentando um menor impacto ambiental.

Sendo um processo complexo e contínuo, o desenvolvimento sustentável dispõe de diversas definições e conceitos elucidados por diferentes autores. Em seguida será exibida uma sequência de definições referentes à expressão.

Já Elkington (2001, p. 43) considera que "mesmo com o conceito formulado, inicialmente, a ideia de desenvolvimento sustentável era entendida como a harmonia entre a questão financeira e ambiental". Merico (1996, p. 23) ressalta que "desenvolvimento sustentável significa fundamentalmente, discutir a permanência ou a durabilidade da estrutura de todo o processo produtivo sobre o qual está assentada a sociedade humana contemporânea". Satterthwaite (2004, p. 4) defende que o desenvolvimento sustentável é "a resposta às necessidades humanas nas cidades com o mínimo ou nenhuma transferência dos custos da produção, consumo ou lixo para outras pessoas ou ecossistemas, hoje e no futuro".

A preocupação e o crescimento com o meio ambiente precisam estar em harmonia, para que ocorra benefícios para a população, de forma que sejam supridas as necessidades ambientais, sociais e econômicas. A definição de desenvolvimento sustentável tem inúmeras concepções e múltiplas visões.

As definições retratadas neste trabalho são alguns dos diversos que são empregados para conceituar o desenvolvimento sustentável. Nestas mesmas definições existem similaridades e convergências, como é o caso da definição de Buarque (2002), Sachs (2008) e

Shiki (2004), os quais apresentam a preocupação com a atual sociedade e com a sociedade futura, ponderando sobre o bem-estar social e ambiental. Vale ressaltar que Elkington (2001) em sua definição não coloca o termo social, o referido autor traz uma preocupação com o financeiro e o ambiental. Camargo, como foi mostrado, defende a definição de desenvolvimento sustentável como a harmonia entre determinados fatores, como utilização e aproveitamento dos recursos, direção do investimento e mudança institucional. Em contrapartida as ideias expostas o autor Becker considera que o desenvolvimento sustentável vai além da harmonia entre a economia, a ecologia e a questão técnica. Goodland, Ledec e Merico (1996) apontam uma relação entre o econômico, o estrutural e o social não contrapondo as questões ambientais.

2.2 Processo Histórico

A datar da década de 1960 deu início as discussões acerca dos problemas ambientais no contexto internacional, esta preocupação iniciou-se no ano de 1962, com o lançamento do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, que como mencionou o autor Fontes (2010), começou uma efetiva revolução em prol do meio ambiente.

No ano de 1968, desponta um grupo formado por diplomatas, empresários, humanistas, educadores, cientistas, economistas e altos funcionários governamentais, este grupo foi intitulado como Clube de Roma, esta denominação é decorrente ao fato da primeira reunião ter acontecido na Academia de Lincei em Roma na Itália, onde seus membros reuniram-se para debater assuntos pertinentes ao crescimento, desenvolvimento econômico e o meio ambiente. O referido grupo foi fundado por Aurélio Peccei e Alexander King, os autores apontaram problemas como a vertiginosa industrialização que trouxe como consequência o crescimento do consumo e a maior utilização dos recursos não renováveis.

Para solucionar os problemas da sustentabilidade o relatório expunha que era primordial controlar o crescimento populacional, elucidar o problema da insuficiência de alimentos, a diminuição do crescimento econômico e a gigantesca utilização dos recursos naturais.

Esta divulgação teve um mérito imenso na realização da conferência de Estocolmo, realizado na Suécia, em 1972, também denominada como a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, constituindo a primeira conferência mundial que lidava com assuntos pertinentes ao meio ambiente, um marco histórico sobre o tema (KRAMA, 2009).

Uma das finalidades desta conferência era obter caminhos para conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental, do mesmo modo como as “responsabilidades dos

países ricos, com o consumismo exagerado, e dos países pobres, com a explosão demográfica, na situação ambiental” (MOTTA; AGUILAR, 2009, p. 86). Nesta oportunidade a questão ambiental recebe uma maior evidência tanto da sociedade quanto do Estado, o desenvolvimento sustentável começa a obter espaços nos conversas e conferências acerca do desenvolvimento e crescimento econômico.

A efetivação desta conferência foi de substancial importância para as questões ambientais, uma vez que se exteriorizou os problemas do meio ambiente, e externou que havia a imprescindibilidade de começar a se repensar a forma de desenvolver as orientações das decisões que precisavam ser adotadas relativas à questão ambiental, foi arquitetada nesta conferência a Declaração de Estocolmo, também denominada Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente.

O segundo relatório do Clube de Roma foi publicado em 1973, intitulado “Momento de Decisão”, sendo que neste relatório buscou-se retificar os erros do primeiro. Ocorre em 1976 o terceiro relatório, alcunhado “Para uma Nova Ordem” cuidando dos problemas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu em 1983, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) ou *World Commission on Environment and Development* (WCED), “esta comissão tinha como objetivo propor estratégias de longo prazo para alcançar um desenvolvimento sustentável” (MOTTA; AGUILAR, 2009, p. 86). Esta referida comissão publicou no ano de 1987, o relatório Nosso Futuro Comum (*Our common future*) ou também denominado como relatório *Brundtland*, onde a definição de desenvolvimento sustentável é retratada, estando, a garantia das necessidades do presente sem danificar as futuras gerações (WCDE, 1987).

Existem orientações aos países, neste documento de como controlar o crescimento da população, assegurar recursos básicos como a água, a energia e outros a longo prazo; resguardar a biodiversidade e ecossistemas; minimizar o consumo de energia, do mesmo modo de como satisfazer às necessidades básicas populacionais, desta forma elucidando que existe um elo entre o desenvolvimento sustentável e os problemas da pobreza.

No mês de dezembro de 1989, a Organização das Nações Unidas (ONU) facultou uma conferência acerca do meio ambiente. Acontece a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente - Eco 92 ou Rio 92, em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, a começar daí iniciou-se a Agenda 21.

Através da Rio 92, foi introduzido o conceito de desenvolvimento sustentável, modelo que abarca crescimento econômico, preservação ambiental e inclusão social. Dentre os acordos internacionais decorridos do encontro foram: Convenção do

Clima, Agenda 21, Convenção da Biodiversidade e a Declaração do Rio. Esses acordos deram margem a regulamentações, em relação a esses temas por parte das agências ambientais de vários países (ARAUJO; CARVALHO, 2011, p. 687).

A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, proferida com 27 princípios, tem como propósito:

[...] estabelecer uma nova e justa parceria global mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores-chaves da sociedade e os indivíduos, trabalhando com vistas à conclusão de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento, reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra, nosso lar (BRASIL, 1992, p. 1).

Já em 1994 entrou em vigência a Convenção do Clima, discutindo as transformações climáticas, o que ocasionou em um acordo para que todos os países dizimassem as emissões de gases poluentes.

A Convenção da Biodiversidade tem como princípios,

[...] a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado (BRASIL, 2000, p. 9).

A Agenda 21 é um certificado que imputa cada país a ponderar o desenvolvimento sustentável de forma global e local com a cooperação e atuação de todas os níveis da sociedade. É uma pretensão para que todos os países representados na conferência alcancem o desenvolvimento sustentável, ostentando o emblema da Eco-92 “pensar globalmente, agir localmente”.

Krans (1996) ressalta que o desenvolvimento sustentável está segmentado em quatro distintos blocos: dimensões sociais e econômicas; conservação e gerenciamento dos recursos para o desenvolvimento; fortalecimento do papel dos principais grupos sociais; e os meios de implementação.

As dimensões sociais e econômicas mostram de que maneira os problemas e soluções ambientais são correlativas daqueles da saúde, pobreza, consumo, comércio, dívida e população.

A conservação e gerenciamento dos recursos para o desenvolvimento traz de que modo os recursos físicos, englobando terra, mares, energia e lixo necessitam ser administrados para garantir o desenvolvimento sustentável. Também deve-se obter o fortalecendo do papel dos principais grupos sociais, inclusive os minoritários, no trabalho em vertente ao desenvolvimento sustentável.

Já os meios de implementação, inclusive financeiro é a função das diversas intervenções governamentais e não-governamentais. Este registro apresenta as ações e os compromissos a serem conseguidos em escala global e local, no encaixo de um novo modelo de desenvolvimento, abrangendo a proteção ambiental, a isonomia social e a eficácia econômica, para isso dispõe de ações explícitas, propósitos, recursos e responsabilidades estipuladas. E com ela é provável que a comunidade local possa planejar ações e metas correlacionadas com as suas potencialidades locais.

A coordenação das comunidades local no desenrolamento da Agenda ocasionará com que seus atos sejam refletidos na esfera global, deste modo se os problemas locais são sanados, a predisposição é que os problemas globais também resolvam, e para isso deve existir a colaboração entre os governos locais e a comunidade local, originando políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento sustentável que tornem-se capazes de serem efetivadas com o poder local. Este gerenciamento deve “integrar planejamento e políticas, envolver todos os setores da comunidade, e focalizar resultados em longo prazo” (KRANS, 1996, p. 15).

A agenda 21 é de imprescindível para que o desenvolvimento sustentável aconteça, visto que a partir dela são arquitetadas finalidades e propósitos a serem seguidas, suscitando que os governos locais concomitantemente com a comunidade sejam capazes de trabalhar juntos para trazer soluções para os problemas ambientais, sociais e econômicos, fazendo uso das potencialidades locais convertendo-se num processo vasto e participativo.

Após dez anos, realizou-se a Conferência de Johannesburgo (2002), sucedida na África, com âmagos nos problemas sociais, no qual reafirmaram-se as questões já existentes, com dois aspectos sendo muito imprescindíveis para o setor produtivo: a inserção da responsabilidade corporativa e a Declaração de Johannesburgo.

Os fundamentais assuntos discutidos foram a Economia Verde, ações direcionadas para o desenvolvimento sustentável, modos e formas de reduzir a pobreza, além de ter sido realizada um diagnóstico dos últimos 20 anos, posteriormente a conferência Rio 92.

Conforme pode-se inferir, deveras se progrediu quando se versa sobre o desenvolvimento sustentável, através da realização das conferências foi viável começar a introduzir a discussão acerca das questões ambientais nos meios sociais e políticos, tornando possível refletir novas formas de desenvolvimento, como o desenvolvimento sustentável. Essas demarcações históricas foram deliberativas para o aparecimento de políticas canalizadas para o desenvolvimento econômico de modo que fosse pensado análogo a outros coeficientes, como a desigualdade social e a proteção ambiental, além do engajamento do Estado com tais atividades. Posto que exista muito que se avançar, contudo é evidente que a aplicabilidade desta nova definição (desenvolvimento sustentável) originou uma maior consciência quanto às carências da sociedade.

2.3. As Perspectivas

É sabido que, para que aconteça o desenvolvimento sustentável é necessário que o desenvolvimento ambiental, social e econômico ocorram simultaneamente, ou seja, deve existir uma angústia e temor com o meio ambiente, com a economia e a pobreza, de mais a mais, é necessário preocupar tanto com a geração atual tal qual com a geração futura.

2.3.1. Desenvolvimento Ambiental

A Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972, mostrou que as questões ambientais passaram a integrar as grandes discussões do desenvolvimento, transformando-se em um dos principais assuntos de diversos debates, o desenvolvimento e o crescimento econômico e as evoluções tecnológicas trouxeram consigo repercussões socioambientais, a partir deste instante é introduzida a problemática da sustentabilidade que irá fazer com que exista novas discussões acerca dos aspectos do desenvolvimento (SANTOS, 2002).

Santos (2002) assevera que um dos aspectos do desenvolvimento sustentável é o aspecto ambiental, o mesmo volta-se para o meio ambiente, a proteção e conservação do mesmo, deve existir uma sustentabilidade ecológica e ambiental as quais irão atuar na preservação dos recursos naturais, de maneira que exista a utilização adequada e limitada de recursos não renováveis e o consumo responsável dos recursos naturais renováveis, assim como permutar a utilização de materiais que danificam o meio ambiente por intermédio da poluição por outros que não maltratem o mesmo.

O referido autor salienta que este comprometimento com a utilização apropriada destes recursos naturais é a concepção primordial do desenvolvimento ambiental, existindo o

equilíbrio entre as atividades produtivas e o ambiente, de maneira a minimizar os impactos ambientais (SANTOS, 2002).

A concepção do desenvolvimento ambiental é fazer com que estas repercussões ambientais inexistam ou aconteçam em pequena proporção, de modo que assegure a sustentabilidade, isso intercorre quando há a utilização perspicaz e astuciosa dos recursos naturais.

2.3.2 Desenvolvimento Econômico

A definição de desenvolvimento traz consigo variadas vertentes e significados, desse modo, o mesmo é analisado e julgado vários autores, originando desta maneira uma enorme discussão e produzindo diversas controvérsias. Existem alguns autores que argumentam que a definição de desenvolvimento é alguma coisa ainda nova, todavia há quem argumenta que não é algo tão novo assim.

Do mesmo modo como a definição de crescimento econômico, o desenvolvimento, todavia teve origens teóricas de sábios como Shumpeter (1911) que aponta que o desenvolvimento econômico é expresso por meio de mudanças quantitativas e qualitativas das variáveis econômicas, expandindo a disponibilidade de bens per capita e a qualidade dos produtos e da renda médias das pessoas (SOUZA, 1997).

Os pensadores neoclássicos, como Marshall, concordam que o acúmulo de capital, a poupança e a taxa de juros, são de fundamental relevância para o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo que na concepção Keynesiana é enfatizada a regulação da demanda efetiva (SOUZA, 1997).

A evolução econômica traz consigo o crescimento da produção de bens e serviços e mudanças quantitativas, ao mesmo tempo que o desenvolvimento compreende mudanças qualitativas, como avanço no padrão de vida dos indivíduos, no aspecto político, social, humano, dentre outros.

Os estudos de Sachs (2008) vêm ao encontro dos anseios de Souza (1997) onde existe divergência entre o crescimento econômico e o desenvolvimento, quando diz que, o propósito do desenvolvimento vai além da obtenção de bens materiais, entretanto deixa nítido que o crescimento é fundamental para que aconteça o desenvolvimento, porém não é suficiente.

Nesta direção, o desenvolvimento econômico acontece de modo que exista mudanças na qualidade de vida das pessoas, sendo que essas mudanças acontecem em virtude da alteração do padrão de vida, como o acesso ao trabalho, provocando um crescimento da renda por habitante e da produtividade.

Uma das principais finalidades de qualquer governo é a procura pelo desenvolvimento econômico, entretanto deve pensar em um desenvolvimento que abranja o crescimento e o desenvolvimento econômico, simultaneamente com o desenvolvimento ambiental e social.

O desenvolvimento é “medido”, atualmente, por meio de índices e indicadores, dentre estes, encontra-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Ainda que compreenda estes três aspectos imprescindíveis para o desenvolvimento humano, o IDH somente não é satisfatório para mensurar a qualidade de vida dos indivíduos.

O desenvolvimento sustentável procura a eficácia econômica, não desconsiderando a eficácia social e ambiental, para que exista o desenvolvimento econômico é necessário que aconteça a melhoria da qualidade de vida populacional, a começar daí pode-se afirmar que a questão social está associada com o desenvolvimento econômico, que neste caso diferencia-se de crescimento econômico que não intenciona o bem-estar da população.

2.3.3. Desenvolvimento Social

Um grande problema contemporâneo que atinge diversas cidades e países é a desigualdade social, e uma de suas explicações é em virtude de uma má distribuição de renda da população, o desenvolvimento social procura obter uma melhor distribuição de renda ou o que se denomina de equidade social, deste modo prosperando as condições de vida dos indivíduos, garantindo aos mesmos qualidade de vida e mais acesso a recursos e serviços sociais.

A definição de desenvolvimento social percorreu variadas modificações no desenrolar do tempo, a priori a sustentabilidade social buscava uma diminuição da pobreza e a contenção do crescimento populacional, sendo a pobreza associada diretamente com a degradação ambiental,

[...] os pobres são tanto agentes quanto vítimas da degradação ambiental. São agentes porque a falta de capital faz com que utilizem mais intensivamente os recursos naturais e, conseqüentemente, os depredem. (FOLADORI, 2002, p. 108).

Entre as décadas de 60 a 90 acreditava-se, a priori, que se não houvesse a diminuição da pobreza e do crescimento populacional desacerbado não haveria como conseguir a sustentabilidade ambiental, a população carente necessitaria pensar na sua sobrevivência no momento atual, não sendo capaz de se preocupar com o futuro, desta forma usavam os recursos naturais descobertos, sendo taxados desta maneira como um dos agentes da degradação ambiental, e transformam-se em vítimas, porque, em virtude das condições financeiras os mesmos procuram locais mais baratos para morar, tem tendência a ter mais

filhos e por conseguinte existe uma maior pressão sobre os recursos naturais (FOLADORI, 2002).

Neste momento os impactos negativos acerca do meio ambiente era o foco da discussão e não a pobreza e suas consequências.

Deste modo, se existe a melhoria nas condições de vida da população atual de modo consequente este melhoramento será refletido na geração futura.

O desenvolvimento social resulta de como a sociedade convive, esta questão é de grande pertinência quando o assunto é o desenvolvimento, pois para que o mesmo aconteça em determinado local é preciso a interação entre os indivíduos, comunidades, instituições, sendo estas públicas ou privadas, e os poderes, municipais, estaduais ou federais.

A ação individual, para estes autores, necessita ser refletida para um bem coletivo, mediante normas e relações de confiança, reciprocidade e solidariedade, elementos como estes colaboram de modo positivo nas relações econômicas, desta forma valendo-se toda a comunidade. Sem a presença do capital social em estipulada localidade a relação entre a sociedade e o poder público vem a ser mais complicada, pois o mesmo pode ser considerado a conexão entre os mesmos, dando consentimento para que exista a confiança e a cooperação.

O capital social é tido como um fator de extrema importância para o desenvolvimento, e quando o mesmo é desconsiderado, algumas capacidades que são cabíveis ao desenvolvimento podem ser extraviadas, tornando impossível ou dificultando desta maneira as inter-relações relevantes e fundamentais no processo de desenvolvimento.

2.4 Espaço e Território

Aristóteles foi um dos primeiros autores a definir espaço, e o referido pensador o definiu como a “inexistência do vazio”, ou melhor, qualquer ambiente que fosse preenchido era definido como espaço.

O autor La Blache (1922), um tempo depois, também colaborou com a definição de espaço, afirmando como sendo o local no qual existe a coexistência do ser humano e da natureza. Ratzel (1822), tinha seu conceito de espaço como “espaço vital”, sendo o mesmo a concepção de um fragmento de equilíbrio entre a população de uma estipulada sociedade e os recursos permissíveis para manter suas deficiências.

Henri Lefebvre (1970) também ajudou de modo significativo para a definição de espaço, sendo alicerce para muitos outros pesquisadores, sua pesquisa embasava-se em 4 abordagens da definição de espaço: espaço como forma pura; o espaço como produto da

sociedade; o espaço como instrumento político e ideológico; o espaço socialmente produzido, apropriado e transformado pela sociedade.

Em seus estudos Braga (2007), expõe o espaço geográfico como sendo o espaço em que o ser humano vive, ele usa três abordagens, a primeira é a do espaço absoluto, o espaço relativo é a segunda abordagem e a terceira abordagem é a do espaço relacional. Para o referido autor o espaço é social e existe um elo espaço-temporal. A organização deste espaço vai ser embasada nas carências humanas, ou seja, de como a população usufrui deste espaço.

Território é uma definição política e geográfica, visto que além de ser um espaço, o território está conectado com a ideia de poder, ou melhor dizendo, é uma abordagem política e econômica de apropriação do espaço. O território é o espaço que já subsistiu ao domínio, tendo população, economia, política, cultura definidas. Já o espaço é mais abrangente, pois pertence a ele as áreas que não possui a interferência do ser humano, desta forma verifica-se que espaço abrange o território.

Colabora também com nesta questão Milton Santos. Ele afirma que “o território configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço” (SANTOS, 2002, p. 56).

Deve-se ponderar quando se define território as ideias de dominação e poder, bem como as abordagens políticas, econômicas, culturais e sociais. O espaço compreende o território, a paisagem e a sociedade, transformando-o desta maneira na totalidade.

Para que aconteça o desenvolvimento local é necessário que exista o entendimento entre a comunidade local, e a aproveitamento de suas potencialidades, este desenvolvimento demanda que se ultrapasse a localidade limitada por espaços geográficos, ou seja, o local constitui-se em território, sendo o mesmo o limite de um estabelecido espaço, formado por diversas relações entre os atores internos e externos a este espaço.

Esta combinação entre as faculdades do território é uma nova perspectiva de estratégia para o desenvolvimento. Para isso é precisa e imprescindível à distinção entre espaço geográfico e território. Constituindo o espaço como suporte geográfico aonde irão se desenrolar as atividades econômicas, e o território quando se refere ao desenvolvimento local irá abranger determinadas características específicas, aproveitando do potencial efetivo no mesmo, visto que o desenvolvimento desta região está associado com os seus coeficientes sociais, econômicos, ambientais e culturais, a partir daí é factível a organização do local, facultando desta forma a harmonização entre seus atores e na tomada de deliberações.

2.4.1 Desenvolvimento Local

Aconteceu, através da Constituição de 1988, a descentralização político-administrativa, com um Estado mínimo, isso fez com que se estabelecesse maiores obrigações, incumbências e atribuições ao poder local, deste modo sucedeu a expansão do poder político das comunidades locais, passando a possuir a capacidade de decidir acerca das políticas de desenvolvimento locais. Ademais, o processo de globalização ocasionou para que houvesse a propagação e integração de mercados, globalização está relacionada com os imensos avanços tecnológicos e científicos, em virtude disso ocorreu uma ascensão na economia global, complementado por um processo de exclusão, proporcionando mudanças estruturais. “Todas as economias locais se encontram muito mais expostas que no passado nesse contexto de globalização, o que obriga à tomada de iniciativas e políticas de desenvolvimento [...]” (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2008, p. 218-219).

Uma das maneiras de solucionar esses problemas é o enaltecimento das potencialidades locais, revigorando-se as instâncias locais da administração pública, com o território valendo-se de ser o principal ator para o desenvolvimento local, dessa maneira, “a introdução de inovações tecnológicas e o fomento da capacidade empresarial e organizativa nos diferentes âmbitos territoriais constituem variáveis estratégicas da política de desenvolvimento” (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2008, p. 220), tornando possível uma maior democratização, participação da população, isonomia social e uma economia melhor.

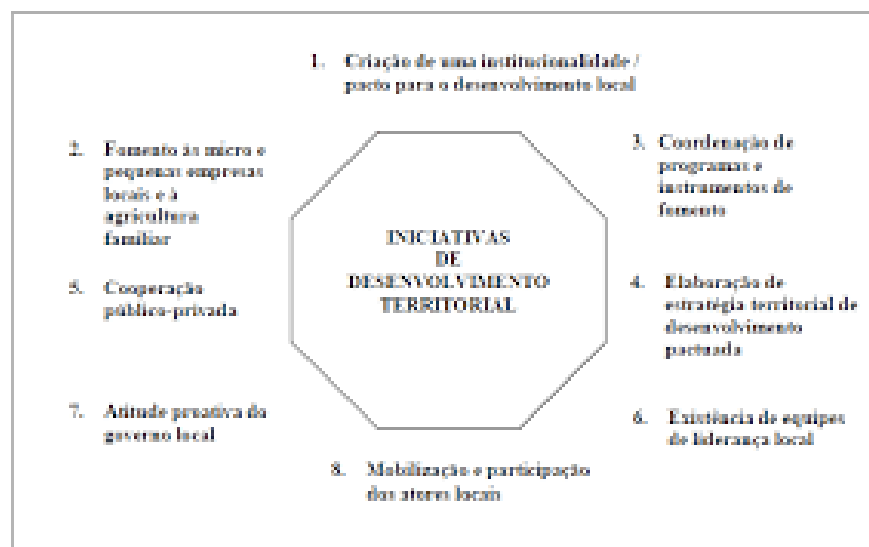
Proferir sobre desenvolvimento local requer proferir acerca de desenvolvimento endógeno. Com as duas expressões sendo até considerados, por alguns autores, como sinônimos. O desenvolvimento endógeno é a predisposição que um território tem de empregar o seu potencial, sucedendo uma mudança estrutural, para isso é preciso a cooperação de atores locais, sendo eles: o setor público; setor privado, associado a produção, empresas, associações; setor social, com as organizações não governamentais (ONG's) e os grupos sociais; e o setor de conhecimento.

Buarque afirma que a definição de desenvolvimento local refere-se a “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos” (BUARQUE, 2002, p. 25).

A partir dessas duas definições pode-se dizer que todo desenvolvimento endógeno é local, todavia existe a distinção entre os dois no fato de que no desenvolvimento local também são levados em consideração os fatores exógenos e também são considerados outros fatores além dos econômicos.

O desenvolvimento local acontece em virtude de um conjunto de iniciativas, como apresentado na Figura 1.

Figura 1. Iniciativas de desenvolvimento local.



Fonte: ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2008, p. 221.

Os oito pontos apresentados na figura são elementos fundamentais do desenvolvimento local, com a participação e a mobilização dos atores locais, levando à constituição do Capital Social, que é de extrema importância para o desenvolvimento. Pereira afirma que “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PEREIRA, 2006, p. 3).

O capital social consente proporcionar ações direcionadas para o bem-estar comum. Juntamente com o capital social, agrega-se também a cooperação, na qual as empresas trabalham de forma recíproca, em benefício de um objetivo comum, sucedendo um trabalho em parcerias. O governo municipal desempenha uma das principais funções nesse processo, com a finalidade de criar políticas voltadas para o desenvolvimento.

O desenvolvimento local não está associado apenas com o crescimento econômico, mas igualmente com o bem-estar da sociedade e a preservação ambiental, estando o mesmo

com capacidade de transformar a realidade local, a partir do entendimento e harmonização de vários atores para a concepção e elaboração de estratégias, e na tomada de decisões, nas circunstâncias econômica, social, cultural; ambiental, político-institucional e científico-tecnológica, aspirando obter melhor efetividade, eficácia e eficiência nas ações.

3. METODOLOGIA

Este tópico do trabalho refere-se ao tipo de pesquisa e métodos e técnicas que foram utilizadas para a busca de dados e informações para se atingir os objetivos deste artigo.

Este artigo teve como objetivo analisar estudos publicados pela teoria sobre a definição de desenvolvimento sustentável e suas dimensões, bem como a definição de desenvolvimento local, e também uma abordagem a respeito do desenvolvimento local sustentável. Para tanto recorreu-se a uma revisão bibliográfica dos artigos e trabalhos de diversos autores.

Sendo assim este artigo pode ser classificado como uma pesquisa descritiva, esta pesquisa verifica, averigua, reflete, analisa e organiza dados, sem adulterá-los, isto é, sem interferência do pesquisador (PINTO, 2010). Também expôs características de uma determinada população ou de determinado fenômeno, no caso em questão a seleção por competências e seu desafio para a área de recursos humanos. Também estabeleceu correlações entre variáveis e definiu sua natureza. Não teve o compromisso de explicar os fenômenos que foi descrito, embora estes fenômenos servissem de apoio para tal explicação.

Quanto a abordagem este artigo pode ser classificado como pesquisa qualitativa. Para Minayo (2001, p. 14), a pesquisa qualitativa engloba o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que equivale a um espaço mais acentuado das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser sintetizados à operacionalização de variáveis.

Quanto aos meios de investigação, esta pesquisa pode ser classificada como pesquisa bibliográfica, fazendo o uso de variados materiais, como livros, artigos científicos e outros recursos físicos e eletrônicos de informação, possibilitando expor as principais ideias e definições de diferentes autores sobre desenvolvimento local sustentável.

Marconi e Lakatos (2008, p.57) asseveram que

[...] a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

A pesquisa bibliográfica tem como objetivo principal discernir as definições fundamentais de determinada temática, além de facultar ao pesquisador um conjunto de informações muito mais abrangente do que poderia se conseguir se fosse realizada uma pesquisa diretamente, visto que é possível agrupar variadas contribuições científicas acerca de determinado assunto.

A pesquisa bibliográfica foi fundamentada por fontes secundárias advindas de livros, revistas entre outros, e teve como finalidade a leitura e a obtenção de informações e embasamento para a realização deste artigo.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO: DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

A sociedade vem sobrevivendo e tolerando bastante, atualmente, com a desvantajosa distribuição de renda e a escassez de investimento em políticas sociais eficientes, que de modo consequente acarreta na pobreza, e com a degradação do meio ambiente, consequências e efeitos de um processo de globalização e desenvolvimento que vem acontecendo no mundo.

Pimenta (2014) salienta que o desenvolvimento enredado com as políticas públicas ganham destaque no campo social, o que ultrapassam as diretrizes do crescimento econômico como fator preeminente do desenvolvimento.

O Estado detém um papel de essencial importância neste processo, uma vez que o mesmo é elaborador e executor das políticas públicas, abrangendo as de desenvolvimento e crescimento econômico. Como orientação e sugestão de solução a estes problemas sociais e ambientais de políticas públicas, refletiu-se e ponderou-se em novas maneiras de desenvolvimento a serem desenvolvidas e aprimoradas no nível local, explorando as diversificadas potencialidades que considerem as dimensões sociais, ambientais e econômicas, definindo desta maneira como Desenvolvimento Local Sustentável, onde exista a ligação do desenvolvimento local com o desenvolvimento sustentável.

Nesse processo, o poder local apropria-se do espaço central na agenda que viabilize contemplar a combinação e o ajuste entre os atores locais e as políticas públicas. Procura-se a introdução da problemática ambiental na gestão local e em relação as dinâmicas das políticas sociais. É praticável e exequível que as atitudes da sociedade têm provocado efeitos e consequências ambientais complexos, tanto no aspecto quantitativo quanto no aspecto qualitativo (SACHS, 2008).

O local pode encarregar-se de uma função estratégica como modo de enfrentamento a estas questões de degradação ambiental e da desigualdade social, proporcionando e viabilizando a discussão acerca das ações e metas que necessitam ser tomadas, dentro dos princípios e asserções da construção de uma agenda 21 Local.

A Agenda 21, engendrada e elaborada na ECO 92, é um propósito de desenvolvimento que compreende três aspectos. Ela propaga a ideia de “pensar globalmente e agir localmente” (SACHS, 2008). A elaboração de documentos como estes origina-se de um processo de transmutações e transformações no pensamento da sociedade. A partir do momento que essa sociedade começa a se preocupar também com as questões ambientais.

A sociedade necessita trazer consigo a dimensão e a noção de sua responsabilidade individual e coletiva no processo de desenvolvimento, para esse fim é preciso que o poder local incentive e encoraje a participação das pessoas reforçando os diálogos que consintam uma melhor e maior entendimento do processo de desenvolvimento sustentável e suas dimensões sociais, econômicas e ambientais.

Os estudos de Pimenta (2014) e de Sachs (2008) vêm ao encontro dos anseios desse artigo onde apontam que os debates e as argumentações sobre o meio ambiente impactado pelas conexões com as condições humanas, éticas, socioculturais, socioeconômicas, sociopolíticas e alterações de estatutos jurídicos, ganham destaque na agenda mundial para se pensar num desenvolvimento com maior sustentabilidade.

Com o processo de descentralização do poder, a gestão local começa e possui um controle mais amplo acerca de suas políticas públicas, fazendo-se do Local um espaço para o desenvolvimento sustentável.

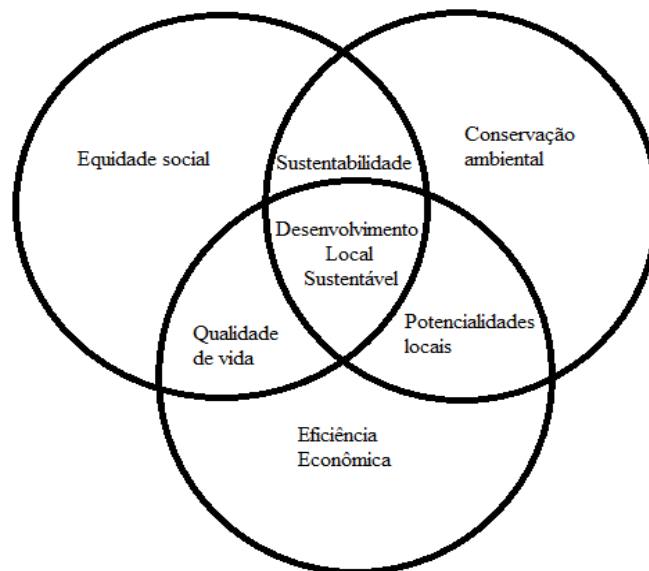
O Desenvolvimento Local está direcionado o uso e aproveitamento dos recursos locais, uma vez que “[...] a definição do modelo de desenvolvimento passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais e não mais por meio do planejamento centralizado ou das forças puras do mercado” (SANTOS, 2007, p. 12).

Esta definição que o autor retrata traz três dimensões: a ascensão da qualidade de vida e a isonomia social; a eficiência e o crescimento econômico; e a conservação ambiental, com

o desempenho e o comportamento de atores locais mediante estas três dimensões é presumível e provável que aconteça a melhoria do território ou comunidade.

O local está obtendo exímia importância, visto que o mesmo apresenta excepcional relevância nas relações econômicas, sociais, políticas e institucionais. A Figura 2 reproduz o processo do desenvolvimento local sustentável.

Figura 2. Desenvolvimento Local Sustentável



Fonte: Sergio Buarque (2002) adaptada pela autora.

Essas três dimensões equidade social, eficiência econômica e conservação ambiental necessitam ser trabalhadas de modo integrado. Uma vez que a equidade social representa a igualdade social para a sociedade, um compartilhamento de benefícios de forma igualitária, com o intuito de reduzir a desigualdade social; já a eficiência econômica mostra um modo para que haja o crescimento e o desenvolvimento da economia, e a conservação ambiental onde se utiliza dos recursos renováveis e não-renováveis de modo consciente (BUARQUE, 2002).

Além das capacidades e competências locais, o desenvolvimento local conta, todavia, com elementos exógenos, o que demanda que este local obtenha a competência de se adaptar

às modificações decorridas do processo de globalização requerendo a articulação do global com o local.

O bom e verdadeiro desenvolvimento local sustentável é um processo a ser conseguido a médio e longo prazo e exige mudanças estruturais na sistematização e arranjo da economia, além da ótima relação entre o homem e o meio natural. Este processo necessita modificações no estilo de desenvolvimento, como: “padrão de consumo da sociedade, base tecnológica dominante no processo produtivo e estrutura de distribuição de renda, cada um com sua própria lógica e autonomia” (BUARQUE, 2002, p. 69).

Pimenta (2014) entende que o desenvolvimento não deve impossibilitar o indivíduo de qualquer obtenção a direitos e aos benefícios assegurados. Neste sentido a proposta de Sen (1999) colaboram para caminhos de superação das dificuldades intrínsecas ao processo de desenvolvimento. Aferido com o discurso das liberdades, o autor afirma que “para serem combatidos os problemas existentes, a liberdade individual passa a ser referência como comprometimento social” (SEN, 1999, p. 9).

Pimenta (2014)	Políticas públicas ultrapassam diretrizes no crescimento econômico.
Agenda 21	Propõem a ideia do pensar e agir global
Sachs (2008)	Processo de transmutação da sociedade
Santos (2007)	Desenvolvimento a partir dos próprios atores locais.

Tabela 3: Comparação

Pode-se asseverar que o local é um espaço que contém propriedades fundamentais para que exista o desenvolvimento sustentável, uma vez que na esfera local o reconhecimento dos problemas fica mais fácil, isto posto torna-se mais fácil também a averiguação de uma solução pertinente e apropriada, sendo preciso para isso a articulação, bem como a realização entre o poder local e a sociedade, acatando e obedecendo os limites da natureza, deste modo se torna possível constituir e desenvolver um local onde exista a equidade social, a eficiência econômica e a conservação ambiental, facilitando e oportunizando deliberado local desenvolver suas capacidades e competências singulares (SACHS, 2008).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscou-se abordar, denominar e discutir alguns termos e definições sobre desenvolvimento local sustentável, das diversas que existem, bem como suas políticas públicas. Todavia, percebe-se que há na sociedade uma maior conscientização em relação aos problemas aqui discutidos. Através da elaboração do mesmo entendeu-se que é imprescindível o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte do poder público, quanto ao que se define como desenvolvimento sustentável.

Mediante o levantamento e estudo das definições e conceitos e do processo histórico do desenvolvimento sustentável, verifica-se que o referido desenvolvimento possui três dimensões: ambiental, social e econômica. E esta é uma nova maneira de desenvolvimento que permite melhorar a qualidade de vida da sociedade. No mundo que os indivíduos vivem, a pobreza e a degradação ambiental são problemas inegáveis e explícitos. Para solucionar estes problemas recorre-se a estratégias que beneficiem e favoreçam a qualidade de vida, sem que as mesmas não tragam tanto impacto negativo no meio ambiente bem como de maneira eficaz e econômica.

Após o ser humano passar a exercer o papel de dominador do meio ambiente, e colocar um ponto final na relação harmoniosa homem-natureza, onde o mesmo explorava o meio ambiente somente no que era necessário, inicia-se o agravamento e intensifica os problemas ambientais, principalmente a partir da década de 1960.

Verifica-se que, além dos problemas ambientais, menciona-se também as questões sociais. E a junção desses problemas passa a apavorar e prenunciar tanto a sociedade atual quanto as gerações vindouras, o que levou a inserção acerca dos debates sobre a sustentabilidade.

Baseando nos estudos e na literatura sobre o desenvolvimento sustentável, revisado em parte neste artigo, averigua-se que se refere a um debate complexo, inatingível até o momento por um desenvolvimento eficazmente sustentável, em virtude de se envolver em mudanças estruturais e por haver inúmeras resistências políticas e sociais.

Outra definição abordada neste artigo foi o de desenvolvimento local, onde se permitiu o entendimento desse processo e a importância do local no desenvolvimento sustentável. Explanando Shiki (2004, p. 86) onde o referido autor expressa que o “local é o espaço do resultado da interação entre relações físicas e sociais que geram diferenciações de um local para outro, a partir das potencialidades físicas e da cultura engendrada por essas potencialidades e pelo processo histórico”.

O desenvolvimento local sustentável é o resultado da aproximação destes conceitos, onde se procura um desenvolvimento socialmente justo, economicamente possível e praticável, bem como ecologicamente apropriado e conveniente, levando em consideração as características de cada região ou localidade, averiguando as realidades de modo diferenciado, possibilitando desta forma a participação dos atores locais na definição dos propósitos a serem alcançados com este desenvolvimento.

O referido desenvolvimento é uma forma de incentivar uma maior participação da sociedade nas deliberações locais, quer dizer, uma participação mais dinâmica no debate das políticas públicas as quais os mesmos utilizarão, oportunizando ao poder público a formulação, a gestão e o estabelecimento de políticas públicas, ações, projetos e programas direcionados para um modelo de desenvolvimento fundamentado em critérios de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

As políticas públicas elaboradas e desenvolvidas a nível local devem procurar, além da melhoria e impulso do desenvolvimento, a interação dos fatores e aspectos que constituem o desenvolvimento sustentável. A formulação de políticas públicas que proporcionem o desenvolvimento local sustentável precisa considerar as capacidades locais e as necessidades populacionais, da mesma maneira como o seu poder de articulação entre os atores sociais e políticos locais

Sendo assim, concluiu-se que o desenvolvimento local é uma solução ética, visto que leva em consideração fatores culturais e regionais, considerando a capacidade de carga dos sistemas usados para os problemas de desenvolvimento.

É inadiável e imprescindível que comportamentos e atitudes voltadas a um desenvolvimento sustentável local sejam eleitas como primordiais nas políticas públicas mundiais. Isto é questão de sobrevivência para a humanidade.

Este artigo descreveu definições de vários autores teóricos a partir de revisão bibliográfica, conseqüentemente, não é possível estender resultados precisos acerca do desenvolvimento sustentável de nenhum lugar específico. Ao longo do desenvolvimento deste artigo identificaram-se questões correlatas que permitiram o desenvolvimento de outros estudos para ampliar o entendimento do fenômeno estudado, como a elaboração de projetos ou de um plano de desenvolvimento sustentável quando se supõe a definição de opções estratégicas, objetivos e linhas de ação, envolvendo-se diversos segmentos da sociedade, especialmente o setor público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco. ZAPATA, Tania. **A importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial**. In: DOWBOR, Ladislau. POCHMANN, Marcio (Org.). Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo: Fundação Percecu Abramo, 2008.

ARAUJO, Geraldo Jose Ferraresi de. CARVALHO, Cesar Machado de Carvalho. **A agenda 21 e a elaboração de políticas públicas para a sustentabilidade urbana**. Fórum Ambiental da Alta Paulista, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 685-699, 2011. Disponível em <http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum/article> Acesso em fevereiro de 2019.

BARBOSA, Gisele S. **O desafio do Desenvolvimento Sustentável**. Revista Visões. n. 4, vol. 1, Jan/Jun., 2008. Disponível em http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Developolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf Acesso em janeiro de 2019.

BRASIL. Ministério Do Meio Ambiente. **Agenda 21**. Brasília, 2002. Disponível em <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21> Acesso em Fevereiro de 2019.

BRASIL. Ministério Do Meio Ambiente. **A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB**. Brasília, 2000. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm Acesso em Fevereiro de 2019.

BRASIL. Ministério Do Meio Ambiente. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília, 1992. Disponível em <http://www.onu.org.br/rio20> Acesso em Fevereiro de 2019.

BRUSEKE, Franz Josef. **O problema do desenvolvimento sustentável**. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

ESTENDER, Antônio Carlos. PITTA, Tercia de Tasso Moreira. **O conceito do desenvolvimento sustentável**. Revista Terceiro Setor - UnG, Vol. 2, n. 1. São Paulo, 2008.

FILHO, Gilberto Montibeller. **Ecodesenvolvimento E Desenvolvimento Sustentável Conceitos E Princípios**. Textos de Economia, v. 4, nº 1. Florianópolis, 1993.

FONTES, Ricardo Jafé Carelli. Resenha de: CARSON, Rachel L. **Primavera Silenciosa**. Revista UniABC, v.2, nº 1. São Paulo, 2010. Disponível em

http://www.uniabc.br/site/revista/pdfs/3/11_Primavera_Silenciosa Acesso em fevereiro de 2019.

FOLADORI, José Marcos. **O “Local” na Atribuição de Sentido de Desenvolvimento.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.º 94, maio/dez. 2002.

KRAMA, Márcia Regina. **Análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil, usando a ferramenta painel de sustentabilidade.** 2009. Dissertação Mestrado em Engenharia de Produção de Sistemas – Universidade Católica do Paraná, PUCPR. Curitiba, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade Marconi. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 2001.

MOTTA, Silvio R. F. AGUILAR, Maria Teresa P. **Sustentabilidade e processos de projetos de edificações.** Gestão & Tecnologia de Projetos. V. 4, n.º 1, Maio de 2009.

PEREIRA, Sudanês Barbosa. **Processos tangíveis e intangíveis do desenvolvimento local.** 2006. Trabalho apresentado ao II Encontro de Economia Baiana. Salvador, 2006.

PIMENTA, Carlos A. M. **Tendências do desenvolvimento: elementos para reflexão sobre as dimensões sociais na contemporaneidade.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 10. n. 3. 2014. Disponível em <http://www.rbgdr.net/revista/index.php> Acesso em abril de 2019.

PINTO, Anna Florência de Carvalho Martins. **Metodologia Do Trabalho Científico: planejamento, estrutura e apresentação de trabalhos acadêmicos, segundo as normas da ABNT.** Belo Horizonte, 2010. Disponível em <http://www.iceg.pucminas.br/ApostilaMetdologiaCientificaAdministracao> Acesso em Fevereiro de 2019.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Renata Lima. **Desenvolvimento Local sustentável: caracterização do APL de artesanato de linha do município de Tobias Barreto.** 2007. 135fls. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SHIKI, Simone de Faria Narciso. **Alguns elementos para o debate: desenvolvimento local sustentável**. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SOUZA, Nali de J. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas. 1997.

WCED Our common Future. Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em http://conspect.nl/pdf/Our_Common_Future-Brundtland_Report_1987 Acesso em Fevereiro de 2019.